



## PRÉMIO “CAMINHO CERTO – 2017”

Desejou o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas da Área Urbana de Lisboa distinguir a ANAFS com o Prémio “CAMINHO CERTO -2017” que institui em 2014 e que visa *“galardoar anualmente uma entidade que se tenha destacado no domínio dos Direitos Fundamentais, em particular nas componentes da divulgação, defesa e cumprimento dos Direitos Humanos, enquanto fatores estruturantes de uma sociedade solidária, coesa, justa e promissora”*.

No texto de atribuição do Prémio, o Júri considerou referir os méritos encontrados na ANAFS para a sua escolha e que se transcrevem *“... dedica-se à defesa e promoção das mais nobres causas humanitárias, nomeadamente nos domínios do apoio à infância, juventude e idosos, bem como às pessoas e famílias mais desfavorecidas e/ou vulneráveis. A ANAFS desenvolve um conjunto de ações importantes na promoção da habitação e da saúde, designadamente ao nível da prestação de cuidados de saúde preventiva e curativa, e também no fomento e incentivo da educação e formação profissional e securitária, por forma a termos uma sociedade mais habilitada, resiliente e com melhor qualidade de vida.*

*A par deste conjunto de ações e iniciativas realizadas regularmente, a ANAFS assumiu um papel particularmente preponderante no âmbito dos dramas humanos e patrimoniais que se fizeram sentir no presente ano na sequência dos fogos que assolaram o país. Os contributos importantes e variados que a ANAFS presta às comunidades mais afetadas constituem um exemplo que nos deve inspirar a todos...”*

Assim, no dia 18 de Dezembro, na Casa da Cultura dos Olivais, uma representação da ANAFS dirigida pelo seu Presidente e Coordenador-chefe, recebeu o Prémio “CAMINHO CERTO – 2017” e que na circunstância referiu:

*“...Foi com extrema alegria e mais do que isso, com espanto, por ausência de hábito no reconhecimento das nossas valias e obras, que recebemos o honroso Prémio “Caminho Certo - 2017”...”*

*A atenção que o DFMS da FAUL quis prestar ao nosso trabalho e em especial ao que desenvolvemos pós incêndios florestais de Junho e Outubro de 2017, deixa-nos extremamente reconhecidos, não pelo prémio, porque esses merecem-se, ou não, mas pelo trabalho de pesquisa e análise das nossas operações humanitárias, realizadas unicamente por voluntários benévolos, já que lamentavelmente não se tratou do combate às chamas, sempre exageradamente mediático, mas o combate às cinzas onde desgraçadamente as comunidades e os nossos concidadãos, atingidos pelo flagelo do fogo desordenado e descontrolado, são deixados à sua triste sorte, sem qualquer mediatismo, não sendo razão de capa de jornal ou abertura de telejornal...”*



OCALIDADE	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ÁGUA DERRAMADA	117	246	231	146	193	96
ALDEIA DO FUTURO	0	0	0	0	177	151
ALDEIA DA JUSTA	0	0	0	0	48	95
ALDEIA DO PICO	0	332	208	151	101	75
AZINHEIRA DOS BARROS	130	149	168	102	0	0
BREIJINHO D'ÁGUA	0	0	71	91	91	55
CADOÇOS	158	266	267	209	226	137
CANAL CAVEIRA	229	265	250	141	0	0
ISAÍAS	0	0	13	89	111	54
LOUSAL	135	167	176	65	0	0
MOSQUEIRÕES	81	74	60	49	63	43
MUDA	0	0	71	54	84	61
PARAGEM NOVA	0	0	27	183	173	118
RIO DE MOINHOS	115	313	262	183	206	121
SÃO ROMÃO	0	0	0	0	18	31
SILHA DO PASCOAL	65	120	103	68	79	41
STa MARGARIDA DA SERRA	22	6	112	74	96	56
VISO / MOSQUEIRÕES / TRANCÃO (Domicílios)	60	87	104	82	104	89

Total **1112 2025 2123 1687 1770 1223**

### Operação "ACONCHEGO"

Com a LXII edição, realizada nos dias 15, 16 e 17 DEZ17, terminámos as acções integradas na Operação "ACONCHEGO" e que visam a assistência a comunidades dos Concelhos de Grândola e de Alcácer do Sal. De referir que passámos a alargar o âmbito das assistências em novas aldeias e lugares, especialmente no "recovery" de habitações, o que vem determinando maior empenhamento dos efectivos deslocados e de maior esforço financeiro da ANAFS.

No ano de 2018 tentaremos continuar a honrar os compromissos que assumimos com as populações dos Concelhos Alcácer do Sal e de Grândola e com as autarquias deste último, desejando que a *Novo Ano* traga maiores apoios e compreensão das estruturas estatais e da sociedade civil para esta operação que representa a de maior longevidade na vida da ANAFS.



### AS LIÇÕES DE PEDROGÃO GRANDE

No dia 07DEZ17 no Auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a equipa do **Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais** liderada pelo **Professor Xavier Viegas**, apresentou num extenso e bem elaborado programa a Síntese das Conclusões e Recomendações sobre "O Complexo de Incêndios de Pedrogão Grande e Concelhos Limitrofes", iniciados a 17 de Junho de 2017" e de que damos conta de parte das mesmas.

#### "1.1 RESUMO DOS FACTOS

1. O território que foi atingido pelo incêndio florestal de Pedrogão Grande, possui um potencial de risco de incêndio muito elevado, devido às condições climáticas, ao relevo acidentado, a um coberto vegetal muito denso, composto essencialmente por espécies arbóreas, Eucalipto e Pinheiro. Parte dele, felizmente, não tinha sido afetado por grandes incêndios, nos últimos anos, disp ondo por isso de uma carga combustível muito elevada e mal gerida.
2. O complexo de incêndios que teve início no dia 17/6 ficará na história dos incêndios rurais em Portugal, por ter causado 65 v ítimas mortais e mais de 200 feridos, tornando-o um dos mais graves acidentes ocorridos no nosso País, e um dos piores da Europa.
3. Foi constituído por várias ocorrências, tendo sido as mais importantes as que se iniciaram em Escalos Fundeiros e em Regadas, no Concelho de PG, e em Fonte Limpa, no Concelho de Góis, aos quais se associaram outros três incêndios que consumiram uma área total de 45328ha.
4. O incêndio mais grave foi o que resultou das duas ignições de Escalos Fundeiros e de Regadas, que, em nosso parecer, terão si do causados por contactos entre a vegetação e uma linha elétrica de média tensão que alimenta as duas povoações mencionadas e que, com diferença de cerca de uma hora e meia, terão produzido descargas e causado as ignições que deram origem aos dois incêndios. Esta situação configura, em nossa opinião uma deficiente gestão de combustíveis na faixa de proteção da linha, por parte da entidade gestora.
5. No ataque inicial ao fogo de Escalos Fundeiros, a partir das 15h00, foi desde logo reconhecido o seu potencial para se vir a tornar um grande incêndio, mas o conjunto de meios disponíveis no TO e o seu comando não se mostraram suficientes para controlar o incêndio, que apresentou uma dificuldade de supressão acima da média. A ocorrência simultânea de outros incêndios na região e a falta de percepção da importância deste incêndio, nos vários escalões de decisão, levou a que não fossem utilizados mais recursos, nomeadamente mai s meios aéreos pesados, no seu combate, no período entre as 15h00 e as 18h00. Embora o processo de triangulação de meios previstos no SGO tenha funcionado dentro do previsto, a reação ao agravamento da situação foi claramente tardia.
6. O incêndio de Regadas foi claramente menosprezado, tendo até à junção com o incêndio de Escalos Fundeiros, apenas um meio p esado de combate terrestre dedicado, quando a área já era superior a 500ha. Não há sequer registo deste incêndio que foi de grande relevância e várias entidades desconheciam a sua existência.
7. Na sua propagação, estes dois incêndios foram afetados, a partir das 18h00, por um escoamento descendente de uma trovoadas seca que atingiu o território em que se desenvolvia, modificando significativamente a velocidade e o rumo do vento. Para além disso, a interação dos dois incêndios promoveu uma propagação muito extensa e extremamente rápida do incêndio a partir da 19h30 e até cerca das 20h30.
8. Num período entre as 20h00 e as 21h30, desenvolveu-se uma autêntica tempestade de fogo que percorreu, quase ao mesmo tempo, de um modo imprevisível, uma vasta área do território, em condições tais que o combate direto ao incêndio era impraticável e perigoso. O acesso aos lugares e povoações tornou-se difícil e embora os recursos de combate já fossem significativos, a dificuldade com as comunicações incapacitou o Comando na alocação destes meios na prestação de socorro às pessoas e na proteção dos bens. Acresce que a rápida evolução da situação não permitiu ao Comando obter uma visão global da situação
9. Devido às características pouco usuais do comportamento do incêndio, devido à falta d e meios de socorro junto às casas, da falta de energia elétrica, de água e comunicações, gerou-se uma fuga das pessoas, que procuraram ir para lugares seguros, mas a grande escala deste fenómeno, tornou os locais seguros muito distantes e o fogo interrompeu o trajeto que estas pessoas seguiam. A progressão surpreendente do incêndio colheu várias pessoas de surpresa nas mais variadas direções para que tentaram fugir.

10. A falta de limpeza da envolvente das estradas permitiu que muitas pessoas fossem colhidas em plena fuga, pelo fumo e radiação do incêndio, pelas chamas da vegetação em redor e mesmo por árvores caídas na própria estrada. A quase totalidade das vítimas morreu quando tentava fugir de carro pela estrada e apenas num troço de 400m da N236-1 perderam a vida 30 pessoas.

11. Apenas quatro das 65 vítimas deste incêndio perderam a vida dentro de casa, em situações que estamos a investigar. Todas elas tinham algum problema de mobilidade ou saúde. Salvaguardando estas situações, bem como outras de ordem psicológica, verificou-se que para a larga maioria das vítimas, e mesmo para outras pessoas que sobreviveram à exposição ao fogo enquanto fugiam, a permanência em casa teria sido a opção mais segura.

12. O sistema de comunicações por rádio e por telefone teve uma falha geral em toda a região, quer por limitações inerentes aos sistemas, como sejam a sua pouca salvaguarda perante a exposição ao fogo, quer por sobrecarga de utilizadores, ou ainda por deficiente utilização de alguns sistemas. Este facto foi agravado pela indisponibilidade de meios complementares devido à falta de planeamento. A falha do sistema de comunicações terá contribuído para a falta de coordenação dos serviços de combate e socorro, para a dificuldade de pedido de socorro por parte das populações e para o agravamento das consequências do incêndio.

13. A coordenação das operações, que incluía o socorro às vítimas e o combate ao incêndio, foi claramente afetada, após as 22h00, quando se tomou conhecimento da existência de grande número de vítimas mortais. Não foi prejudicado apenas o combate, como também o socorro às vítimas feridas. Não foi feita uma operação de busca e salvamento em larga escala – em condições muito difíceis – de ir junto dos feridos para os retirar para locais onde pudessem ser tratados. Estamos convencidos de que se poderiam ter evitado algumas mortes e muito sofrimento aos feridos, se este socorro tivesse sido mais pronto e melhor organizado.

14. A grande dimensão da tragédia colocou em evidência que o nosso sistema de emergência não está preparado para fazer face a um número tão massivo de pessoas afetadas, feridas ou mortas. A prestação de apoio psicológico e socorro médico e hospitalar teve deficiências que importa estudar melhor. A situação do País na prestação de socorro a doentes queimados graves, embora tenha melhorado grandemente nos últimos anos, é ainda insuficiente para acidentes desta escala.

15. Os Municípios de Pedrogão Grande e de Castanheira de Pera não dispunham de PMDFCI validados pelo ICNF. Este facto inibiu estas entidades de receberem financiamento durante os últimos anos, para promoverem ações de prevenção, com manifesto prejuízo destas. Por outro lado, constitui justificação perante a lei, para omissão de ações de prevenção, por parte de outras entidades e particulares.”

Sem embargo de reconhecermos a total valia e desassombro deste resumo de factos, consideramos que o ponto 5 peca por não ter em conta três realidades, que na nossa ótica, agravaram o combate inicial, determinando que não pudesse haver uma exploração do sucesso daquela fase, como se deixou sempre a iniciativa do combate, ao inimigo, isto é ao fogo e às condições extraordinárias de evolução do incêndio.

A saber:

a. Ausência de meios imediatos na região e na Fase BRAVO do DECIF, para responder ao evento destruidor de características aos previstos para a Fase CHARLIE.

b. Desproporção entre os meios de socorro dos Concelhos inicialmente atingidos e os Concelhos que poderiam de imediato virem a fornecer meios de reforço. Os Concelhos atingidos são suportados cada um, por um único CB, que na Fase BRAVO davam unicamente uma ECIN. O Distrito de Leiria tinha na mesma Fase capacidade imediata de responder em reforço tático com um GCIF e sempre numa perspectiva de cumprirem os 60' de concentração, a que se juntaria o tempo de deslocação. Os Distritos adjacentes, Castelo Branco, Coimbra, Santarém e Lisboa, só neste último se mostram capacidades acrescidas para responder estrategicamente ao envio, repito, na Fase BRAVO à constituição de GRIF, à sua concentração e deslocação, mas representando sempre +- 3 a 4 horas de chegada ao TO (ao contrário do Concelho de Pedrogão Grande, Sintra tem 9 CB; ao contrário de Castanheira de Pera, Cascais tem 5 CB; no Distrito de Castelo Branco só o Concelho da Sertã tem 2 CB).

c. As forças de reforço permanente representadas pelo GIPS-GNR e pela FEB-ANPC encontravam-se e encontram-se claramente depauperadas nos seus efectivos, por incúria estatal. As 11 Companhias do GIPS que organicamente deveriam representar aproximadamente 900 efectivos, não deveriam chegar aos 500 e a as duas Companhias da FEB que deveriam organicamente ter 320 elementos, não terão 50% dos efectivos. É importante que se diga que estes eram e são os efectivos reais de reforço à ordem do CONAC, que temos vindo a repetir, é um **“comandante sem comando completo”**.

MV



#### **António Francisco Carvalho da Paixão.**

*Habilitações Literárias: Licenciatura de Estudos de Segurança pela Faculdade de Ciências Sociais e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.*

*Ingressou como voluntário no Exército Português em 28 de setembro de 1981 e foi colocado no Regimento de Infantaria de Tomar em 1982 e no 1.º BIMoto/1.ªBMI como Aspirante a Oficial Miliciano Inf.ª onde exerceu as funções de Comandante de Pelotão de Atiradores Motorizado.*

*Promovido em agosto de 1983 a Alferes Miliciano de Inf.ª, foi colocado no BIMec/1.ª BMI exercendo as funções de Comandante de Pelotão de Apoio, Adjunto da Companhia, Comandante de Pelotão no Exercício "DD 84", Comandante Interino da 2.ª Cat.Mec e Instrutor do Curso de "TOW".*

*Promovido em agosto de 1986 a Tenente Miliciano de Inf.ª, sendo colocado no DGMG onde exerceu as funções de Adjunto da Companhia de Defesa Imediata e Oficial de Segurança do Paiol da Ameixoeira.*

*Em janeiro de 1987 ingressou no 4.º Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana. Colocado na então 4.ª Companhia do Batalhão n.º 1 da Guarda onde exerceu as funções de Comandante de Pelotão de Intervenção e Manutenção da Ordem Pública, Oficial Coordenador das Equipas de IEEI/GNR e Instrutor do Curso MOP e Curso IEEI/GNR.*

*Promovido ao Posto de Capitão, em agosto de 1993, foi colocado no Regimento de Infantaria como Comandante da 5.ª Companhia Operacional do BOP/RI*

*Promovido a Capitão, em agosto de 1993, foi colocado no Regimento de Infantaria como Comandante da 5.ª COp. do BOP/RI. Exerceu as funções de Chefe da SOI/RI, Oficial de Segurança da AR, 2.º Comandante do 3.º Contingente da RRU/C IVPOL/UNTAET - Timor-Leste, Instrutor do Curso de IEEI na R.E.A. de Macau, na 3.ª Repartição CG/GNR - "Task Force EURO 2004" e de Oficial de Ligação da GNR no GCS/MAI e Comissão de Segurança do EURO 2004. Fez parte dos Grupos de Trabalho para elaboração PNSAC/INAC e PCCFSS/GCS/MAI Promovido ao posto de Major, a janeiro de 2002, foi nomeado por escolha pelo TGCG/GNR para as funções de Comandante do BOP/RI de setembro de 2004 a fevereiro de 2007 e do GIPS/RI, acumulando funções desde janeiro de 2006 e exercidas até 15 de setembro de 2011. Desempenhou entre 16 de setembro de 2011 e 12 de outubro de 2015 as funções de Oficial de Segurança da Assembleia da República. Comandava desde 16 de outubro de 2015 o Comando Territorial de Lisboa da GNR.*

*Tem averbado os Cursos de Instrutor "TOW"; de MOP/RI; CEIEE/GNR; IEEI CIMCM/Armada; IEECT CIMCM/Armada; Sapador das Armas EPE; IEEI EPE; RecEE BA6/FA; IEED/NATO/UK; de Scuba Diver, Advance Scuba Diver e Rescue Diver; Avaliação Formação/INA; CPA/IN A; Range Officers/FPTiro; Segurança Militar; 1.ª Intervenção Helitranspotada; Critical Incident Stress Management (Individual Crisis Intervention and Peer Support e Group Crisis Intervention); International Disaster, Crisis and Emergency Management; Crisis and Emergencies Management Course; Elementar de Operações de Socorro (ANAFS); National Security and Defense Strategy; Community Mechanism Induction Course e Conflict Management and Negotiation.*

*É auditor de Gestão Civil de Crises do IDN.*



Este é o currículo invejável do novo CONAC, **Coronel António Paixão** a quem cumprimentamos e desejamos as maiores felicidades, porque o sucesso, se o deixarem, estará garantido. Nomeado a 04DEZ17, segue-se ao Comandante Rui Esteves, elemento oriundo dos Bombeiros e igualmente de currículo transversal impecável, mas que teve a desdita de fazer parte de uma estrutura que o não apoiava, quer miseravelmente a montante, quer, à excepção do seu *staff* de estado-maior, a jusante, por reconhecidas incapacidades de comando táctico. O actual Presidente da ANPC, inteligentemente, mantém a totalidade da equipa de Rui Esteves, garantido ao novo CONAC os reforços de efectivos tácticos que ele possa na realidade vir a dirigir e a sua cadeia de comando, a comandar, GIPS e FEB e que irão representar uma verdadeira “*reserva do Comandante*”.

A actual situação dos CB continuará a estar totalmente blindada a qualquer tentativa de serem estratégica ou taticamente com andados, o seu comando começa e termina no seu CB, pelo que só deverão continuar a responsabilizarem-se pela intervenção nas suas quadrículas, em cumprimento dos PMEPC e especialmente nos PMDFCI, neste caso em reforço musculado da 1ª intervenção dos Sapadores Florestais. Se forem cumpridos estes preceitos, de certeza que as populações e comunidades se sentirão mais seguras e apoiadas em situação de desastre e casos como o de Oliveira de Frades, em que a sede do Concelho lutou contra a invasão das chamas, destruindo grande parte do seu parque industrial, sem os seus bombeiros, que se encontravam a intervir em outros incêndios, certamente não se repetirão.

MV

## NATAL DOS IDOSOS

A **Junta da União de Freguesias de Vilar e Mosteiró** convidou a **ANAFS** a estar presente na sua realização de cidadania e humanitária do “NATAL Dos IDOSOS”, recaindo a representação no Delegado Distrital do Porto da ANAFS e respectivo “*staff*”.

## Festa de Natal do Bairro do Armador

A **ANAFS**, no dia 11DEZ17 esteve presente nas instalações do LX Jovem, no Bairro do Armador, para o encerramento do ano. A representação da **ANAFS** esteve a cargo da Coordenadora Adjunta VM ANAFS EOC TEAM Patrícia Muñoz que habitualmente faz a ligação aos nossos parceiros do grupo comunitário.



## “Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos”

Em mais um ano a **Pastoral dos Ciganos** organizou a sua Festa de Natal no dia 15DEZ17, tendo, como habitualmente, convidado a **ANAFS** a estar presente. A representação recaiu, como já vinha sucedendo em anteriores anos, na Adjunta de Coordenador LOG ANAFS USAR TEAM Inês Melo e Castro, que assistiu ao programa do evento, representativo das diversas actividades realizadas pela comunidade cigana apoiada pela Pastoral.

Instituto Superior de Gestão e  
Administração de  
Leiria

18  
Dezembro  
2017

14h30 | Auditório

## Quem não se questionou já sobre esta matéria?

- A quem interessa o ordenamento do território?
- COMO e PORQUÊ o ordenamento – ao nível nacional, regional e municipal (e local)?
- Quem estabelece e onde, as regras de ocupação do território?
- De que trata o regime de uso do solo (rústico e urbano), quanto à ocupação, utilização e transformação?
- Quais são e como se articulam os diversos instrumentos de gestão do território (IGT), vulgo “Planos” e “Programas”?

## Para que serve o Ordenamento do Território?

- Prevenir/acautelar os efeitos dos riscos (naturais, tecnológicos e mistos) sobre a população e o ambiente;
- Preservar/salvaguardar os recursos e valores naturais, paisagísticos, patrimoniais, históricos, culturais;
- Organizar a distribuição de equipamentos, infraestruturas e espaços verdes, garantindo o acesso a toda a população;
- Envolver a população nos processos de decisão relativos ao planeamento do território e ambiente (...)

A **ANAFS** esteve representada neste interessante e útil seminário organizado pelo ISLA Leiria em parceria com a Comissão Regional de Coordenação e Desenvolvimento do Centro e subordinado ao “ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO”, através do Delegado Distrital de Leiria e Vice Coordenador-chefe URO Carlos Castanho

